

# A EVOLUÇÃO DA ESQUERDA SOCIALISTA E A DEMOCRATIZAÇÃO

Donald Share  
*Tradução: Lúcia Nagib*

Em dezembro de 1976, após a surpreendente vitória do projeto de reforma democrática do presidente Suárez no Parlamento franquista, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) realizou seu Primeiro Congresso Partidário dentro da Espanha, desde antes da Guerra Civil Espanhola. Neste Congresso — o 27.º —, que contou com a presença dos mais proeminentes líderes socialistas da Europa, o PSOE se apresentou como um dos partidos socialistas mais revolucionários do mundo. Definiu-se como "de massa, marxista e democrático", e rejeitou oficialmente "qualquer tentativa de

conciliação com o capitalismo, ou a simples reforma desse sistema" <sup>1</sup>. Tornou-se, assim, o único partido socialista declaradamente "marxista" da Europa, e suas plataformas ficaram muito mais à esquerda das de qualquer outro PS da Europa Ocidental.

No entanto, contrariando a retórica do 27.º Congresso, em fins de 1979 o PSOE emergiu como um dos partidos socialistas mais *moderados* da Europa, muito mais próximo da social-democracia norte-européia do que dos partidos de Mitterrand ou Papandreou. E a seguir, nas eleições gerais de outubro de 1982, que o levaram ao poder, apresen-

tou uma plataforma extremamente cautelosa, na qual estava ausente a ênfase anterior à nacionalização, à política externa de realinhamento, à *autogestão* e outras reformas "socialistas". No governo, o PSOE tem sido um exemplo de partido social-democrático. Os socialistas espanhóis adotaram uma política estrita de austeridade econômica, evitando, ao mesmo tempo, a nacionalização nos moldes da implementada pelos seus correligionários franceses. Mesmo na área da política externa, onde o partido manteve-se, anteriormente, mais próximo das resoluções de 1976, o governo socialista tem seguido uma linha surpre-

endentemente moderada. No começo de 1984, um importante analista sugeriu que os socialistas tinham se tornado o novo partido de centro da Espanha <sup>2</sup>.

Como explicar essa mudança aparentemente drástica? Trata-se de uma questão importante sob vários aspectos. Primeiramente — para aqueles que permanecem céticos quanto às credenciais democráticas do maior partido político da Espanha — a súbita metamorfose do PSOE sugere um oportunismo eleitoral circunstancial, que poderia evaporar-se rapidamente sob pressão da base do partido. Assim, torna-se importante considerar se tal metamorfose reflete uma

*Nota do Editor:* Nesta versão ao português do artigo de Donald Share, foi suprimida a maior parte das notas de pé de página, por absoluta impossibilidade de transcrevê-las todas, no espaço desta revista. Fazemo-lo certos de que, apesar da lacuna, o artigo preserva seu interesse para o público brasileiro. Aos interessados em conhecer as notas, num total de 84, inclusive as inúmeras referências bibliográficas, remetemos ao original em inglês publicado em *West European Politics*, v. 8, n.º 1, jan. 1985.

<sup>2</sup> V. o balanço geral do PSOE no poder em Maier Serfaty, "Spain's Socialists: A New Center Party?", in *Current History*, vol. 83, n.º 492, abril de 1984.

# ALISTA ESPANHOLA

verdadeira mudança ideológica ou se seria, antes, uma moderação tática temporária. Em segundo lugar, como a posição moderada do PSOE foi fundamental no êxito da transição espanhola do autoritarismo para a democracia parlamentar, é de grande interesse teórico entender por que e como os socialistas conseguiram proceder às mudanças internas que possibilitaram a colaboração e o apoio à reforma de Suárez, a participação na redação da Constituição e, finalmente, a vitória eleitoral em outubro de 82. Por fim, à luz da experiência do PSOE com o poder a partir de 82, é importante avaliar alguns dos ganhos e perdas ad-

vindos da rápida guinada do partido de uma posição "marxista" para outra social-democrática. Muitos da esquerda espanhola entendem que o PSOE sacrificou suas convicções ideológicas e seu potencial mobilizador em prol da consolidação da democracia parlamentar. Este artigo sustenta que a peculiaridade da transição espanhola do autoritarismo para a democracia parlamentar propiciou a metamorfose do PSOE. Mais precisamente — como ficará claro a seguir —, a Espanha viveu uma transição *transaccional* para a democracia, iniciada e implementada pelos líderes do regime franquista. Essa forma sem precedentes de

*Nota do Autor:* Este texto é uma versão revisada de um trabalho realizado para o Encontro Anual da American Political Science Association (Chicago, Illinois, 1 a 4 de setembro de 1983), e aproveitamos comentários de vários colegas, entre eles Gabriel Almond, Richard Fagen, Dennis Florig, Scott Mainwaring, Kare Ström e Kathy Teghtsoonian. Na Espanha, gostaria de agradecer a amável ajuda de José María Maravall, da Fundação Pablo Iglesias e do PSOE.

<sup>1</sup> Todas as referências ao congresso radical de 1976 se encontram em *XXVII Congreso del Partido Socialista Obrero Español*. Barcelona, Avance. 1977.

transição para um regime democrático representou para a esquerda socialista espanhola uma situação política embaraçosa, que contribuiu para a *rapidez* na mudança ideológica do partido.

Além disso, este artigo procura mostrar que o PSOE retornou a uma situação de "normalidade" depois de um período de radicalização aberrante e algo artificial nos últimos anos do franquismo. Além de constituir uma resposta estratégica à democratização transaccional, a moderação do partido tornou-o mais coerente com sua tradição histórica, seu potencial eleitoral, sua força e estrutura organizadoras, e as crenças e valores de seus próprios quadros.

Assim, enquanto a experiência concreta da social-democratização do PSOE diferiu da dos seus correligionários europeus, o resultado final foi semelhante no que concerne à aceitação da democracia parlamentar, do capitalismo industrial avançado e do compromisso de classe.

### Desenvolvimento histórico

Desde que Pablo Iglesias fundou o PSOE, em 1879, o Partido tem se dividido em duas facções, social-democrática e marxista — como é o caso em praticamente todos os outros países europeus<sup>3</sup>. Embora seus fundadores tivessem uma visão bastante rígida da luta de classes e do declínio iminente do capitalismo, o PSOE logo se tornou um partido eleitoral. Com a legalização das associações operárias e a efetivação do sufrágio universal na década de 1880, Iglesias dirigiu cada vez mais o partido no sentido da conquista de reformas concretas dentro de uma estrutura democrático-parlamentar; em 1910, Iglesias se tornou o primeiro deputado eleito do PSOE nas Cortes.

Essa postura reformista foi fortalecida com o *boom* econômico resultante da neutralidade da Espanha na Primeira Guerra Mundial, e, durante a ditadura de Primo Rivera, mesmo com a presença de um setor revolucionário, os moderados mantiveram a hegemonia dentro do partido. Quando o setor "maximalista" rompeu para formar o Partido Comunista (1920-21), a orientação social-democrática do PSOE foi acentuada — e a debilidade do Partido Comunista no período efervescente que precedeu a Guerra Civil comprova a total insignificância

da ala marxista do movimento socialista espanhol.

Não causa, portanto, surpresa que muitos dos principais intelectuais associados ao PSOE (Besteiro e de los Ríos, por exemplo)<sup>4</sup> não pudessem de modo algum ser caracterizados como socialistas revolucionários. Em 1931, os intelectuais socialistas acolheram calorosamente o advento da Segunda República e estavam entre seus fundadores mais dedicados. Nos primeiros anos da República, até por volta de 1933, o PSOE permaneceu estreitamente comprometido com a via democrático-parlamentar para o socialismo.

O fracasso da República na execução das reformas sócio-econômicas, as hostilidades internas provocadas pelas reformas iniciadas, a atmosfera internacional no período e, talvez acima de tudo, o comportamento irresponsável da liderança do PSOE fizeram, em parte, com que o partido experimentasse uma estratégia mais revolucionária. O malfadado levante asturiano de 1934 e a resposta especialmente brutal do governo direitista incendiaram a ala radical do PSOE, liderada por Francisco Largo Caballero e alimentada pelo fervor retórico de Arquistáin. A guinada para a esquerda do partido torna-se ainda mais compreensível se considerarmos o esmagamento de seus correligionários na Alemanha e na Áustria — embora se possa argumentar que os líderes do PSOE aprenderam justamente as lições erradas dessas experiências. Além disso, como anota Elias Diaz ("Marxismo y no Marxismo: las señas de identidad del PSOE", *Sistema*, 129-30, maio 79), houve um acúmulo de fatores que contribuíram para a radicalização, entre eles a feroz competição com partidos mais à esquerda, as pressões da base partidária, especialmente dos setores agrários, a crise econômica relacionada com a Grande Depressão e a rivalidade pessoal (tanto quanto ideológica) entre as lideranças.

**P**or importantes que fossem as causas que conduziram a essa radicalização, está claro que o PSOE não possuía uma organização capaz de levar a cabo a revolução socialista, tal como demonstram as cifras do desastre asturiano. Assim, mesmo que se pudesse justificar uma mobilização revolucionária como resposta ao

<sup>3</sup> Uma boa história do PSOE encontra-se em Antonio Padilla, *El movimiento socialista español*. Barcelona, Planeta, 1977. Um excelente relato da história pré-republicana do partido é feito por L. Gómez Llorente, *Aproximación a la Historia del Socialismo Español, hasta 1921*. Madrid, Cuadernos para el Diálogo, 1972. A Fundación Pablo Iglesias compôs uma ótima bibliografia da história do PSOE: *Cien años de socialismo en España: bibliografía*. Madrid, Editorial Pablo Iglesias, 1979.

<sup>4</sup> Um exemplo do pensamento de Besteiro pode ser encontrado em seu "El marxismo y la Actualidad Política" republicado na *Revista de Occidente*, n.ºs 7-8, novembro de 1981. O artigo saiu pela primeira vez em março de 1935. Nele, Besteiro defende abertamente a democracia parlamentar contra qualquer tipo de mudança política. Um líder moderado do PSOE interpreta muito bem as idéias de Prieto como prova da tradição reformista do PSOE: Enrique Múgica Herzog, "Un alto ejemplo de convivencia: Indalecio Prieto", in *Convivencia y respeto social*, vol. 1. Madrid, Unión Editorial, 1980, pp. 337-57. V. uma discussão mais geral em Diaz, *op. cit.*, p. 218.

ataque direitista do *bienio negro*, é patente que o partido não tinha força suficiente para levá-la adiante. O colapso da democracia parlamentar na Espanha e a derrota das forças republicanas na Guerra Civil foram perdas particularmente amargas para o PSOE. Constituindo o partido mais forte durante a República, a vitória de Franco significou para ele um verdadeiro trauma. A nível de organização, o partido viu-se virtualmente destruído. Por volta de 1948, seis comissões executivas do PSOE foram sucessivamente detidas e seus membros condenados ou executados. Em comparação com os comunistas, cuja estrutura partidária se adaptava melhor à existência clandestina, o PSOE não conseguiu manter na Espanha uma presença organizada, até o final da década de 1960<sup>5</sup>. Num nível mais ideológico e estratégico, o impacto da experiência republicana foi claramente visível. No exílio, a liderança do partido defendia uma estratégia baseada principalmente no anticomunismo. O PSOE apostou inutilmente nas forças aliadas para invadir ou, mais tarde, estrangular o regime franquista econômica e politicamente. Mas, ao contrário, o franquismo obteve uma série de vitórias políticas na frente internacional, e, depois de 1953, a Espanha obteve, usando suas credenciais anticomunistas, uma entrada restrita, mas inegável, na liga das nações ocidentais capitalistas.

Apegando-se obstinadamente à derrota estrangeira do franquismo, a liderança do PSOE não conseguiu explorar as possibilidades de infiltração no regime. Em certa medida, o partido desperdiçou tais possibilidades por não se dispor a qualquer forma de colaboração com o PCE. Mas, além disso, a liderança no exílio tinha na verdade perdido contato com as realidades de um regime que ela contava ser transitório.

A partir de meados dos anos 50, alguns grupos socialistas se organizaram no interior da Espanha, independentemente do PSOE. O mais importante deles era o Partido Socialista do Interior (PSI), liderado por Enrique Tierno Galván<sup>6</sup>. Estes novos grupos atraíram muitos estudantes universitários, bem como ativistas envolvidos em organizações operárias católicas, que estavam mais abertas à colaboração com outras forças antifranquistas, inclusive os comunistas. Dentro do próprio PSOE, um movimento de jovens profissionais liberais do in-

terior começou a reivindicar um controle maior sobre a estratégia e a organização do partido. Embora exceda os limites deste artigo detalhar esse processo, é importante traçar suas principais características, já que a natureza da renovação ajuda a explicar o componente ideológico que temporariamente esteve associado a ela.

A luta pelo poder dentro do PSOE nos anos 60 e início dos 70 envolveu, por um lado, a liderança do partido no exílio, chefiada pelo secretário-geral Llopis, e, por outro, as delegações do interior (além da delegação de Paris). Os mais proeminentes líderes do interior: Felipe González, Alfonso Guerra, Luiz Gómez Llorente, Pablo Castellano e boa parte da liderança do PSOE no momento. A facção de Llopis, além de se opor a qualquer colaboração com o PCE, também representava, ideologicamente, a ala direita do partido. Assim, a luta contra a liderança exilada ganhou uma aparência de duelo entre a esquerda e a direita do partido, mais do que realmente era. Sem dúvida, os grupos do interior, liderados por um núcleo de ativistas muito jovens, tendia a uma retórica mais dogmática, mas isto deve ser considerado no contexto da luta pelo poder dentro do PSOE. Não espanta que essa "oposição dentro da oposição" adotasse uma ideologia aparentemente maximalista, já que estava engajada, simultaneamente, numa encarniçada luta pelo poder dentro do PSOE e numa batalha clandestina contra o regime franquista.

Foi apenas no 11.º Congresso, realizado no exílio em Toulouse, em 1970, que os ativistas do interior conseguiram desafiar com sucesso a liderança do PSOE. Os grupos do interior apresentaram uma série de propostas visando a reorientação da estratégia do partido e a democratização de sua estrutura organizacional. Este congresso, marcado pela denúncia veemente, por parte do militante "Isidoro" (Felipe González), da falta de liberdade interna, assistiu também à eleição de uma Comissão Executiva, composta por uma maioria de militantes do interior. As propostas de González, defendidas pela jovem delegação de Paris, foram aprovadas, apesar da oposição de Llopis.

Em 1972, o interior já tinha arrebatado da velha guarda o controle do PSOE, e a facção de Llopis passara a formar o setor "histórico" do partido

<sup>5</sup> Para uma interpretação do PSOE durante o período franquista, v. Miguel Peydro Caro, *Las escisiones del PSOE*. Barcelona. Plaza & Janes, 1980.

<sup>6</sup> Em 1974, o PSI se transformou no Partido Socialista Popular (PSP). O PSP concorreu separadamente nas eleições de 1977, ganhando 4,2% dos votos e seis cadeiras na Câmara. Nas eleições gerais de 1979, o PSP fundiu com o PSOE, e Tierno Galván recebeu uma posição altamente respeitosa dentro do partido. Desde então, foi eleito duas vezes prefeito de Madrid.

(PSOE-h). Em 1974, quando Felipe González foi eleito secretário-geral, no 12.º Congresso, vários fatores contribuíram para a guinada à esquerda: a saída de boa parte da ala direita, a súbita revitalização das organizações do interior, a concomitante expansão das fileiras partidárias. Assim, a revitalização do PSOE no interior se associou a uma radicalização do partido. Como mencionamos acima, isto praticamente não surpreende, já que a organização do PSOE no interior estava envolvida numa luta clandestina. Mas ajuda a explicar a plataforma radical aprovada em dezembro de 1976, no 27.º Congresso, o primeiro tolerado na Espanha em mais de 40 anos. O PSOE, nessa época, ainda era ilegal, embora suas atividades fossem progressivamente toleradas, e essa situação ambígua também estimulou a linha radical dentro dele.

Contudo, qualquer tentativa de entender a situação do PSOE em fins de 1976 deve colocar o 27.º Congresso no contexto mais amplo da reforma de Suárez e da transição para a democracia parlamentar. Para tanto, examinaremos, no próximo item, a natureza particular do regime de transição na Espanha, e o singular paradoxo que essa transição representou para a oposição democrática.

### O dilema da democratização "transaccional"

Até os anos 50, os socialistas espanhóis acreditavam no fim do regime franquista por pressão externa. Nos anos 60, os grupos socialistas independentes do PSOE começaram a se organizar para uma eventual *ruptura* democrática. No entanto, as poucas tentativas da esquerda espanhola no sentido de enfraquecer o autoritarismo de baixo para cima resultaram em tristes derrotas. Os movimentos de protesto, greves ou qualquer outra pressão de baixo nunca conseguiram realmente minar a capacidade do regime de controlar as ruas. Embora seja verdade que a oposição crescente a nível de massa fosse lentamente erodindo a legitimidade do autoritarismo franquista, a oposição organizada quase sempre era incapaz de canalizar tal atividade. Mesmo José Maria Maravall, que em geral defendia a importância da "pressão de baixo" na transição para a democracia na Espanha, notou isso:

*A pressão (da classe operária) sempre foi intensa, mas em determinado momento se divorciou drasticamente das estratégias de organização, não se deixando guiar por quaisquer objetivos políticos ou sindicalistas. Além disso, essa pressão nunca superou a capacidade de reação do governo transitório, porque, entre outras coisas, a mobilização era apoiada apenas por um setor limitado da população*<sup>7</sup>.

Os partidos de oposição espanhóis permaneceram muito fracos e fragmentários, com exceção do Partido Comunista e das organizações operárias filiadas a ele (as *Comisiones Obreras* — CCOO). O PSOE, mesmo após sua revitalização, continuou a ser um partido acanhado, com pouca organização a nível de massa. Embora o regime franquista nunca tenha se abalado com as limitadas ameaças de baixo, a partir de 1973 entrou numa prolongada crise política interna. Em dezembro do mesmo ano, o *premier* Almirante Luis Carrero Blanco, o mais próximo colaborador político de Franco e futuro guardião do sistema franquista após a morte já esperada do ditador, foi assassinado, criando um caos para as elites do regime e desencadeando uma intensa luta pelo poder, que não se resolveu até a morte de Franco, em 1975. A partir de 73, com a doença e iminente morte de Franco, e com o desaparecimento de Carrero Blanco, as várias "famílias" do regime deram início a manobras destinadas a preparar a transição do franquismo para a monarquia franquista. A crise sucessória abalou o delicado equilíbrio entre os membros da coalizão autoritária — situação descrita por Linz, em seus trabalhos pioneiros<sup>8</sup>. Após a coroação, o rei Juan Carlos confirmou o sucessor de Carrero, Carlos Arias Navarro, como primeiro-ministro. O jovem monarca, neste estágio inicial, ainda não tinha poder e prestígio suficientes para tentar substituí-lo por alguém de sua própria confiança. Depois do grande fracasso de Arias na realização de uma limitada reforma democrática nas instituições franquistas, no começo de 1976, Juan Carlos o destituiu, substituindo-o por Adolfo Suárez, um jovem burocrata franquista com raízes no Movimento Nacional da Espanha.

<sup>7</sup> José Maria Maravall, "Transición a la democracia, alineamientos políticos y elecciones en España", in *Sistema*, n.º 36, maio de 1980, p. 189.

<sup>8</sup> Entre os trabalhos mais importantes de Linz, está "An Authoritarian Regime: Spain", in Erik Allardt e Yrjö Liittunen (orgs.), *Cleavages, Ideologies and Party Systems* (Helsinki, Academic Books-tore, 1974).

Entre julho de 1976, quando se tornou primeiro-ministro, e junho de 1977, quando se realizaram as primeiras eleições democráticas em mais de 40 anos, Suárez iniciou e implementou um programa de reforma democrática através da estrutura legal franquista. Este programa, que tomou a forma de emenda constitucional, incluía a aprovação da emenda pelas Cortes em novembro, um *referendum* popular ao programa de dezembro, a legalização da maioria dos partidos políticos no início de 1977, a legalização do PCE em abril, o desmantelamento do Movimento Nacional em maio e a convocação de eleições gerais em junho.

Neste resumo da transição espanhola é importante compreender, em primeiro lugar e acima de tudo, que a democratização foi iniciada *de cima*. Franco morreu serenamente em sua cama, e o regime não pereceu de imediato com ele, como freqüentemente se apregou, com graus variados de otimismo, tristeza e medo. Juan Carlos, escolhido a dedo por Franco, sucedeu o ditador assim como planejado. O aparato coercitivo, as estruturas legais franquistas e inclusive o mesmo presidente permaneceram em seus lugares.

A tentativa de Arias de restaurar as instituições franquistas, num primeiro momento, pareceu confirmar os piores temores da oposição: de que a mudança viria devagar e não acarretaria necessariamente o fim do autoritarismo espanhol. Não é de espantar, portanto, que a oposição democrática, insistindo nas reivindicações por um governo provisório e um "rompimento" democrático com o franquismo, tenha se colocado terminantemente contra o plano de Arias. Mas o programa deste fracassou por outras razões, igualmente importantes, das quais a mais crucial era sua incapacidade de convencer o assim chamado *bunker* (a direita franquista). A impotência da oposição democrática pareceu ficar comprovada em julho de 1976, quando Juan Carlos chocou a oposição e deliciou a direita do regime com a nomeação de Suárez, um político de impecáveis credenciais franquistas. O horror inicial por parte da oposição foi largamente divulgado, e a nomeação fez com que boa parte da oposição passasse a defender, com ainda maior intransigência, o rompimento democrático. Contudo, Suárez passava rapidamente a implementar uma

estratégia de reforma democrática. Seu passo veloz, seu desejo de estabelecer um diálogo com os representantes da oposição e, finalmente, a natureza abrangente do programa de reforma proposto diluíram a postura crítica da oposição. Quando Suárez anunciou publicamente o plano de reforma, a oposição respondeu com um otimismo cauteloso e, considerada a hostilidade inicial, isto era um sinal de que Suárez ganhava rapidamente seu apoio. Os socialistas da Espanha se viram, assim, diante de um dilema sem precedentes. Um regime autoritário estava, *por si mesmo*, iniciando e dirigindo uma transição para a democracia parlamentar. Suárez procurava ganhar o apoio dos progressistas do regime, bem como da oposição democrática, na esperança de executar o que alguém já chamou de "transição pela transação"<sup>9</sup>. Como ilustra a Figura 1, a democratização "transaccional" se distingue dos outros tipos de transição democrática pelo seguinte: 1) é iniciada e implementada *por* (e não à revelia de) membros do regime autoritário; e 2) a mudança é relativamente rápida e abrangente (ao contrário dos processos de natureza gradual e crescente).

<sup>9</sup> Este argumento é aprofundado em meu "Transition through Transaction: The Politics of Democratization in Spain, 1975-1977" (dissertação ainda inédita de Ph. D., Stanford University, 1983), Capítulo 1.

### Figura 1 Caminhos para a Democratização de Regimes Autoritários

		Democratização feita pela liderança do regime ou apesar dela?	
Ritmo de Transição	Gradual	Iniciada pelo regime: (consensual)	Iniciada contra o regime: (não-consensual)
	Rápida	Transição crescente (p. ex.: Inglaterra)	Transição por revolução, golpe ou colapso (p. ex.: França [1789], Portugal [1974], Itália [1946]).

#### A esquerda socialista espanhola: duas transições

A oposição, que pregava a *ruptura* e alimentava esperanças de participação num governo provisório, naturalmente recebeu com ceticismo a idéia de uma reforma democrática imposta de cima e

sem quaisquer garantias claras às liberdades democráticas. Afinal, a esquerda sempre argumentara que a democratização de um regime autoritário "por si próprio" não tinha antecedente histórico<sup>10</sup>. Apoiar tal transição equivaleria a admitir que a *ruptura* não era exequível. Além do mais, em 1976 o PSOE estava sofrendo um processo de radicalização, o que não facilitava a aceitação da reforma de Suárez. A liderança do PSOE se viu diante do seguinte dilema: o partido deveria continuar a se opor a qualquer forma de transição negociada com o regime franquista, e a exigir um governo provisório e um fim mais convencional do autoritarismo? Ou, como Suárez esperava, deveria o PSOE dar apoio ao plano de reforma do primeiro-ministro, apostando que se chegaria à democracia parlamentar? Os próximos itens tratam da resolução desse dilema e sugerem uma explicação para a natureza e a rapidez dessa resolução.

### A metamorfose do PSOE

Enquanto houvesse alguma possibilidade de *ruptura*, quase nada incentivava o abandono da retórica maximalista adotada no 27.º Congresso do PSOE. Uma atitude dessas significaria, simplesmente, aceitar o programa de reforma de Suárez, e o PSOE ainda não podia estar convencido do objetivo e das possibilidades de sucesso da estratégia "transaccional" do primeiro-ministro. No entanto, três fatores logo convenceram a liderança do PSOE a adotar uma estratégia mais moderada e conciliatória. Em primeiro lugar, apesar da onda de violência terrorista que abalou o país em janeiro e fevereiro de 1977, o programa de reforma de Suárez não foi interrompido. A calma do próprio ministro, bem como sua recusa em deter o ritmo do processo de reforma, tranquilizaram a ainda cética oposição. O êxito de Suárez neste período difícil foi, por sua vez, facilitado pelo comportamento responsável da oposição democrática. Em segundo lugar, um fator ainda mais importante: o impacto da campanha eleitoral iminente. As elites do PSOE tinham consciência de que a retórica maximalista, bem como a contínua insistência numa *ruptura*, iriam apenas distanciar o eleitorado. García San Miguel, um analista simpatizante da oposição democrática na

época, insistia para que a oposição abrisse mão do conceito de *ruptura* e estimulava o uso crescente da expressão *ruptura pactada* (negociada) como um passo na direção certa. O terceiro fator foi a inesperada iniciativa de Suárez de legalizar o PCE, na Semana Santa de 1977. Como, até então, o PSOE tinha sido o único partido legal da esquerda, de repente os socialistas se viram seriamente ameaçados pelo partido político mais bem organizado da Espanha. Além disso, o PCE, em troca de sua legalização, aceitara publicamente a monarquia e desenvolvera uma plataforma extremamente moderada. O que levou Suárez a legalizar os comunistas foi, em parte, o desejo de dividir os votos da esquerda — e o espaço eleitoral do PSOE e do PCE abrangia, sabidamente, uma extensão considerável<sup>11</sup>. As pesquisas de opinião mostravam com bastante segurança que a massa do eleitorado espanhol estava localizada na ala centro-esquerda do espectro político, criando um incentivo a mais para um movimento em direção ao centro<sup>12</sup>.

A moderação do PSOE não ocorreu do dia para a noite. A estratégia de campanha eleitoral refletia com muita clareza a divisão interna no tocante às tendências do partido. Como um todo, o PSOE apresenta ao eleitorado uma imagem moderada, ao negligenciar os aspectos "socialistas" do programa e enfatizar, por outro lado, o carisma pessoal de Felipe González. Contudo, nos comícios públicos e nas propagandas eleitorais especialmente orientadas, aparecia como um partido operário mais tradicional. Tendo como *slogan* central "socialismo é liberdade", a campanha publicitária mostrava, em geral, a imagem de um partido que favorecia e representava uma sociedade muito pluralista. O Manifesto Eleitoral afirmava que o partido era "de operários, profissionais liberais, funcionários e pequenos industriais e proprietários rurais"; e, ainda, que era a "chave para a Europa" e buscava "criar uma sociedade mais igualitária através das reformas necessárias". No entanto, os documentos dirigidos aos trabalhadores enfatizava, tipicamente, que o partido tinha defendido por mais de cem anos os interesses da classe operária. "O PSOE, maior partido operário do país, busca defender os operários, oferecendo soluções reais que possibilitem substituir uma sociedade de injus-

<sup>10</sup> Historiadores e cientistas políticos são unânimes em concordar que a transição espanhola para a democracia foi a primeira da sua espécie. V., por exemplo, Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976, pp. 276-80; e Stanley Payne, "The Political Transformation in Spain", in *Current History*, n.º 431, 1977, p. 165.

<sup>11</sup> Sobre a competição política entre o PSOE e o PCE, v. José María Maravall, "Eurocomunismo y Socialismo en España", in *Sistema*, n.º 28, janeiro de 1979, pp. 51-73.

<sup>12</sup> V., por exemplo, Juan J. Linz (e outros), *Informe político sobre el cambio político en España, 1975-1981*. Madrid, Foessa, 1981, pp. 161-2; José María Maravall, "La alternativa...", p. 17; José María Maravall, "Transición...", p. 81; McDonough, Peter, Antonio López Pina e Samuel H. Barnes, "The Spanish Public in Political Transition", in *British Journal of Political Science*, n.º 2, janeiro de 1981, p. 76; José Félix Tezanos, "El Espacio Político y Sociológico del Socialismo Español", in *Sistema*, n.º 32, setembro 1979, pp. 51-79. Uma interpretação altamente crítica da dependência do PSOE nessa pesquisa sociológica é feita por Enrique Gomáriz, em "La Sociología de Felipe González", in *Zona Abierta*, n.º 20, maio-agosto de 1979, pp. 61-76.

tiça e exploração por outra onde os seres humanos ocupem seus lugares de direito"<sup>13</sup>.

O desempenho do PSOE nas eleições de 1977 foi animador, considerando-se a brevidade da campanha eleitoral, os enormes recursos governamentais à disposição da campanha de Suárez, a fraqueza organizacional do partido e a concorrência da coalização socialista. Com 28,5% dos votos e 33,7% das cadeiras da Câmara, o PSOE emergiu como líder incontestável dos partidos de oposição.

**P**ara explicar esse êxito nas primeiras eleições pós-franquistas, muitos estudiosos apontaram a surpreendente persistência da lealdade partidária, apesar dos 40 anos de autoritarismo, sugerindo que o PSOE conseguira tirar proveito de sua imagem e seu nome históricos. Isto lhe dera uma notável vantagem sobre os dois maiores partidos da direita, bem como os mal-sucedidos centrista e social-democrático, que não sobreviveram às primeiras eleições.

Dentro do PSOE, diante da perspectiva de o partido integrar o primeiro Parlamento democraticamente eleito em mais de 40 anos e participar da redação da nova Constituição, intensificou-se o debate em torno da direção política apropriada. A revitalização do PSOE, a rápida transição para a democracia parlamentar e o desempenho encorajador nas primeiras eleições concorreram para exacerbar a profunda tensão ideológica dentro do partido. Embora esse debate muitas vezes seja considerado uma simples questão de tática e estratégia, um olhar mais atento revela que existia uma verdadeira cisão política. A maior parte da liderança e dos militantes recebia as eleições de 1977 como o fim dos 40 anos de autoritarismo. Nas palavras de um analista da ala esquerda, "o *sueño dorado* da esquerda espanhola seria participar das eleições e perdê-las dignamente". Os resultados pareciam tornar o PSOE indispensável em qualquer proposta de elaboração da Constituição. Felipe González e seus principais conselheiros viam como principal prioridade do partido a consolidação da democracia parlamentar e a redação da nova Constituição. Tanto Suárez quanto a liderança do PSOE perceberam que a realização desses objetivos requeria uma solução negociada para os

problemas potencialmente mais conflitivos da Espanha. Assim, em 1977, os líderes do PSOE mantiveram um encontro com os dos outros partidos políticos no Palácio de Moncloa e assinaram um amplo pacto político-econômico, conhecido como "Pacto de Moncloa". No campo constitucional, após um período inicial de conflitos entre direita e esquerda, o PSOE e a UCD negociaram alguns dos pontos mais espinhosos do famoso *consenso*<sup>14</sup>.

A participação do PSOE no Pacto de Moncloa, bem como no *consenso* constitucional, colocou a liderança partidária em pé de guerra com alguns de seus membros. Os críticos não apenas notavam que esses acordos a nível de elites interpartidárias eram prejudiciais para a classe operária, como também, num nível mais geral, alegavam que o PSOE estava enfatizando o lado eleitoral em detrimento da massa de base. Estas e outras críticas finalmente se cristalizaram na facção conhecida como *sector crítico*. Ironicamente, alguns dos líderes mais proeminentes do setor crítico antes adotavam uma posição considerada à direita de Felipe González. Pablo Castellano, por exemplo, conhecido como principal porta-voz dos *críticos*, se opusera ao jovem "marxista" González durante o franquismo com relação a inúmeras questões estratégicas. Além de condenar a moderação ideológica do PSOE durante a transição, os *críticos* atacavam a ênfase eleitoral do partido. Gómez Llorente advertia que a importância que o PSOE dava às eleições e aos votos "poderia resultar em cifras eleitorais vultosas, mas com isso se corrompe o instrumento da classe operária, e mais tarde esses votos não terão qualquer utilidade na consecução do programa até agora proposto como meta do PSOE"<sup>15</sup>. Além disso, o setor crítico atacava o *felipismo* crescente, isto é, o culto de Felipe González, que era visto como fruto de preocupações eleitorais. Num nível mais geral, os *críticos* enxergavam a moderação do partido como resultado de uma intimidação da direita. A social-democratização do PSOE — argumentava Castellano — era o preço que a esquerda espanhola pagava pela democratização.

As declarações de Castellano têm recebido algum apoio da literatura teórica recente sobre a transição democrática. Na democratização "transacional", o regime autoritário permanece intato para

<sup>13</sup> Declarações extraídas do "Manifiesto Electoral 1977" do PSOE. Madrid, 1977.

<sup>14</sup> V. a excelente discussão do PSOE durante a elaboração da Constituição, bem como do *consenso*, em Bonifácio de la Cudra e Soledad Gallego-Díaz, *Del Consenso al Desencanto*. Madrid, Saltes, 1981.

<sup>15</sup> Gómez Llorente. "En torno, ...", p. 31.

vigiar o processo de mudança do regime. Os líderes do regime autoritário iniciam e implementam a democratização e, com isso, estabelecem limites para a transição. Di Palma observa que a oposição aos regimes autoritários, quando inclui mudanças sócio-econômicas maiores como parte de sua plataforma, tende a contrariar os defensores dos regimes autoritários e, assim, a comprometer o projeto de "transação":

*Como se trata de democracias capitalistas, deve haver um consenso coletivo quanto à reprodução do capital. Isso não é tão óbvio quanto parece, quando exige que se evitem políticas de reconstrução democrática destinadas a dificultar significativamente a capacidade de acúmulo e investimento do capital ou, ainda pior, a punir coletivamente os capitalistas por seu papel, real ou suposto, na extinção inicial da democracia ou na ditadura em curso*<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Giuseppe di Palma. "Return to Elections after Non-Democratic Interruptions: a Second Look", apresentado na "Conference on Free Elections". Washington, DC, American Enterprise Institute e US Department of State, 4 a 6 de novembro de 1982, p. 7.

Przeworski concorda que a democratização "transacional" necessariamente requer um compromisso de classe, mas vai mais longe ao afirmar que: *É como se o sucesso da transição democrática dependesse da quase absoluta docilidade e paciência dos trabalhadores organizados. Qualquer grau de militância econômica parece pôr em risco a possibilidade de se instituir um regime democrático e estável*<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Adam Przeworski. "Notes on the Logic of the Transition to Democracy", apresentado na conferência "Prospects for Democracy: Transitions from Authoritarian Rule in Latin America and Latin Europe". Washington, DC, Woodrow Wilson Center, 12 a 14 de outubro de 1980, p. 3.

O setor crítico sempre representou uma minoria muito pequena dentro do PSOE. Depois do 27.º Congresso, os que defendiam uma estratégia mais moderada ganharam uma influência estável entre os líderes, especialmente González e Guerra. Apoiado por inúmeros intelectuais importantes do PSOE, Felipe González assumiu rapidamente uma postura que só poderia ser descrita como socialdemocrática<sup>18</sup>. A liderança partidária, operando num novo círculo eleitoral e parlamentar, começou a afastar o PSOE da "Bad Godesberg ao contrário" do 27.º Congresso.

<sup>18</sup> Outro trabalho teórico que inspirou a mudança do PSOE para uma postura social-democrática é o livro de Ignacio Sotelo, *El Socialismo Democrático*. Madrid, Taurus, 1980. O capítulo VII é uma crítica particularmente convincente da política do PSOE de 1977 a 79. Além disso, vários trabalhos dos membros do PSOE tinham por objetivo defender um programa mais moderado. Entre eles estão: Elias Díaz, "Marxismo y no Marxismo...", pp. 211-32; José Félix Tezanos, "El Espacio...", pp. 51-79; José María Maravall, "Del Milenio a la Práctica Política: el Socialismo como Reformismo Radical", in *Zona Abierta*, n.º 20, maio-agosto de 1979, pp. 89-97.

**A**pós as eleições de 1977, a liderança do PSOE descreveu um trajeto mais moderado do que o prescrito nas plataformas do partido, por diversas razões. Primeiramente, os resultados eleitorais eram alta-

mente encorajadores. A esperada unificação com o PSP, a provável erosão da UCD uma vez no governo (dada a heterogeneidade da composição) e o temor cada vez menor que os militares e a direita provocavam no eleitorado eram tidos como dados favoráveis à vitória eleitoral do PSOE num futuro próximo. Isso significava que os socialistas pretendiam continuar ajudando a consolidar o regime democrático-parlamentar, já que, ao contrário das previsões de alguns, este não estava se delineando como exclusivamente de direita. Em segundo lugar, o PSOE estava profundamente empenhado no projeto da Constituição espanhola, que resultou num documento muito mais progressista do que se pudera prever originalmente. O PSOE colheu inúmeras vitórias concretas nas negociações constitucionais, especialmente no que se refere ao direito do Estado de intervenção na economia. Essas vitórias foram conseguidas através de uma série complexa de compromissos, nos quais o PSOE aceitou a constitucionalização de uma economia capitalista de mercado aberto e um reconhecimento expresso do papel especial da Igreja Católica na sociedade espanhola. Em terceiro lugar, havia uma preocupação crescente com as perspectivas da democracia na Espanha. O persistente problema do terrorismo, os protestos incessantes de setores militares descontentes e a desastrosa situação da economia, negligenciada durante o período da crise política, pareciam exigir um consenso interpartidário a nível de elites. Num certo sentido, a liderança do PSOE, atormentada pelos pesadelos do passado, se sentia cada vez mais responsável pela consolidação do regime que não iniciara. Para a maioria dos líderes do partido, a perspectiva de volta ao autoritarismo era o perigo mais sério que a estratégia do partido devia combater. Javier Solana, membro da Comissão Executiva do PSOE, deixou muito clara essa postura:

*A democracia e sua consolidação vêm em primeiro lugar, antes dos nossos programas políticos. Estes podem levar vinte ou trinta anos para serem postos em prática. Por que esta ordem de prioridades? Porque a direita espanhola mostrou que pode viver muito bem tanto sob um regime autoritário quanto democrático, enquanto a esquerda só so-*

*brevive numa estrutura democrática. Temos como prova disso muita dor, muito sofrimento e muitos anos atrás das grades*<sup>19</sup>.

No estabelecimento dessas prioridades, as experiências de outros países, bem como a própria história do PSOE, desempenharam um importante papel. Como explicou Solana:

*Os acontecimentos do Chile foram um exemplo claro para todos nós às vésperas da transição, uma tragédia que nos forneceu uma boa dose de realidade. Portugal também foi importante, já que lá a revolução estava praticamente em andamento quando Franco morreu. A lição que extraímos de ambos os casos foi de grande proveito para nossa liderança e a classe política em geral: os avanços políticos têm pouca utilidade, se não forem acompanhados da consolidação de um regime democrático. Os erros cometidos em dois anos podem levar a uma situação que demore 40 anos para se reverter*<sup>20</sup>.

Já no verão de 1976, González sustentava que o PSOE não podia ser um partido exclusivamente operário. Segundo o secretário-geral, não existiam mais partidos operários homogêneos no sentido do século XIX. Ao contrário, o PSOE representava "todo o povo reprimido, trabalhadores tanto manuais quanto intelectuais"<sup>21</sup>. Para dar essa guinada, o PSOE se apoiava em algumas formulações feitas pelos cientistas sociais próximos do partido. Tezanos, por exemplo, prevenia contra o excessivo *obrerismo* e observava que a força do partido, bem como a área provável de penetração no futuro, estavam concentradas nas classes médias. Tezanos advertia que

*uma definição incorreta da natureza de classe do PSOE, que não leve em conta as novas realidades sociais, menosprezando ou ignorando a importância dos novos setores, poderia não apenas provocar um perigoso isolamento, impedindo a conquista de uma maioria eleitoral, como também ocasionar sérios retrocessos políticos*<sup>22</sup>.

De um modo geral, parece que a postura moderada da liderança do PSOE foi a resposta mais racional (embora não a única concebível) para a natureza "transaccional" da transição espanhola. Como aponta Mujal-León, não houve qualquer rompimento revolucionário ou mobilização popular, como em Portugal, que pudesse criar uma área de influência para a esquerda do PSOE<sup>23</sup>. As resoluções radicais do 27.º Congresso foram aprovadas num período em que o sucesso da transição pela transação era ainda muito duvidoso. No entanto, antes que o PSOE pudesse se distanciar do legado radical do 27.º Congresso, a liderança partidária teve que derrotar os críticos num confronto dramático. O próximo item discute esse confronto em detalhes e explica por que a liderança do PSOE — e, com ela, a linha moderada do partido — saiu vitoriosa.

### O desafio e a derrota da esquerda do PSOE

Se o caminho moderado que a liderança do PSOE seguiu entre junho de 1977 e dezembro de 1978 provocou algumas perdas importantes, facilitou, por outro lado, a elaboração e a aprovação daquilo que os líderes consideraram uma Constituição muito progressista. Além disso, o PSOE, fortalecido pela fusão com o PSP de Tierno Galván, alimentava esperanças de uma vitória maior nas eleições seguintes. No entanto, o primeiro-ministro Suárez driblou a oposição, convocando eleições gerais para março de 1979, antes da data das eleições municipais, um golpe que apanhou o partido desprevenido. Embora o PSOE tenha tentado apresentar uma imagem moderada ao eleitorado — através de *slogans* como "*Un Gobierno Firme*", ou da ênfase da maturidade do partido, ou ainda fazendo Felipe González parecer mais velho —, as discrepâncias entre o programa partidário e a plataforma eleitoral constituíam um sério problema.

Diferentemente da campanha eleitoral de 1977, o programa radical do PSOE se tornou alvo de um ataque cruel por parte da UCD, enquanto a prática moderada dos socialistas deu margem a uma campanha igualmente hostil do PCE. Além disso, os membros do PSOE faziam, freqüentemente, declarações con-

<sup>19</sup> Entrevista com Javier Solana, janeiro de 1982.

<sup>23</sup> Eusebio Mujal-León, "The Spanish Left...", p. 92.

<sup>20</sup> *Id. Ibid.*

<sup>21</sup> Felipe González, "La Línea Política del PSOE", in Partido Socialista Obrero Español (org.), *Socialismo es Libertad: Escuela de Verano del PSOE, 1976*, Madrid, Edicusa, 1976, pp. 31-2.

<sup>22</sup> José Félix Tezanos, "El Espacio...", p. 57.

<sup>25</sup> Uma excelente discussão sobre o 28.º Congresso é o trabalho de Elias Díaz, "El Lado Oscuro de la Dialéctica: Consideraciones sobre el XXVIII Congreso del PSOE", in *Sistema*, n.º 32, setembro de 1977, pp. 35-50.

traditórias com relação à natureza do programa partidário. O discurso de Suárez, televisionado na véspera da eleição, apontava as contradições do partido e o acusava de duplicidade, fazendo referências específicas às resoluções do 27.º Congresso. Além disso, a presença mais ativa da Igreja na campanha de 1979 alimentava os temores em torno de uma vitória socialista.

Embora o PSOE tivesse ampliado seu número de cadeiras, mais do que qualquer outro partido grande, as eleições de 1979 não resultaram em nada próximo a uma maioria socialista, e a UCD continuou sendo o partido de frente na Espanha, no que se refere a cadeiras e porcentagem de votos. Os socialistas se viram desfalcados por um número muito alto de abstenções em áreas fortes do PSOE, o que foi em geral interpretado como *voto de castigo* à política econômica moderada do partido. Além disso, o sucesso dos partidos regionais, especialmente no País Basco e em Andaluzia, limitaram o desempenho do PSOE. Embora evidente que a abstenção do operariado e os desvios regionais fossem parcialmente responsáveis pela frustração do PSOE na eleição, vários intelectuais simpatizantes interpretaram os resultados como um sinal de que o partido precisava avançar em direção ao centro e atrair votos da UCD. Diversas análises sugeriam que a UCD era bastante vulnerável em sua esquerda, mas atrair este setor do eleitorado iria requerer uma reorientação do PSOE. A liderança do partido aceitou as implicações dessas análises, e, na primavera de 1979, González declarou numa entrevista amplamente divulgada:

*Non pode haver qualquer transformação social-democrática sem maioria. E, para obter maioria, é essencial representar um espectro muito mais amplo do que o originalmente planejado. Um exemplo basta para ilustrar o que estou dizendo: há 26 milhões de eleitores neste país, em 36 milhões de cidadãos. Desses eleitores, 13 milhões, isto é, 50%, não estão na população ativa; mas esta metade pode decidir o futuro do nosso país com seus votos*<sup>24</sup>.

<sup>26</sup> Declarações feitas numa entrevista a Fernando Claudín, in *Zona Abierta*, n.º 20, maio-agosto de 1979, p. 8.

<sup>24</sup> Extraído de Enrique Gomáriz. "La Sociología" p. 62.

Foi nesse contexto que o tão esperado 28.º Congresso se realizou, em maio de 1979<sup>25</sup>. Nele afloraram três questões que há muito tempo separavam a liderança do *sector crítico*. A primeira, e mais importante, dizia respeito à ideologia. Desde maio de 1978, quando Felipe González anunciou que procuraria excluir o termo "marxista" da constituição do partido, a polêmica marxismo/não-marxismo ganhou impulso. A segunda, uma questão organizacional, consistia na exigência feita pelo *sector crítico* de um sistema de representação proporcional para selecionar representantes para os congressos e todas as outras instâncias deliberativas do PSOE. O terceiro pomo de discórdia concernia à estratégia de alianças: os *críticos* eram a favor de uma frente esquerdista com o PCE, especialmente depois que os pactos municipais PSOE-PCE permitiram que a esquerda formasse governos locais em toda a Espanha.

Os resultados do Congresso foram inesperados. Embora a Executiva do PSOE tenha conseguido derrotar os *críticos* nas questões organizacional e de alianças, sofreu uma fragorosa derrota na questão marxista/não-marxista. A proposta de González de definir o PSOE como um "bloco social" perdeu para uma definição declaradamente marxista. Além disso, o candidato a presidente favorito da Executiva, o católico moderado Gregorio Peces-Barba, foi derrotado, num voto interpretado como um ataque dos delegados contra as políticas moderadas e os recuos eleitorais do PSOE. A patética recusa de Felipe González a concorrer à reeleição era uma tentativa clara de forçar os militantes ou a se alinharem com os *críticos*, ou a silenciá-los. Quando perguntado sobre os riscos advindos dessa resignação, González declarou que "o país não pode esperar dez anos pelo amadurecimento do partido. O partido não pode se dar ao luxo da imaturidade"<sup>26</sup>. O líder explicou:

*O partido tem que representar o desejo de mudança social de muitos setores sociais que não estão identificados com uma classe, ao contrário das análises do começo do século. Um segundo lugar, o partido tem a obrigação, neste momento histórico, de ser uma fonte de*

*tranquilidade para a sociedade, transcendendo os limites do partido em si. Tem essa obrigação porque se trata de um papel que só pode ser desempenhado pelo Partido Socialista. E isso é contraditório para um partido baseado na mudança. Eis todo o drama do PSOE* <sup>27</sup>.

A estratégia de González foi bem sucedida por uma série de razões. Em primeiro lugar, os *críticos* não estavam preparados para uma investida a todo vapor e não visavam tomar o controle da máquina do PSOE. Procuravam, em vez disso, ganhar alguma representação na Comissão Executiva e impedir o distanciamento do partido de suas resoluções anteriores. Para começar, os *críticos* não podiam fornecer um líder com a popularidade e o carisma de González. Em segundo lugar, as mudanças dos regulamentos aprovados no 28.º Congresso deixaram os *críticos* em franca desvantagem. O sistema eleitoral majoritário para delegados em congressos e a cláusula do voto em bloco significavam que a Executiva poderia isolar os dissidentes no futuro.

O Congresso Extraordinário reunido em setembro de 1979, se não uma medida extra-oficial de apoio à linha moderada, foi claramente uma afirmação de Felipe González como líder. A maioria dos membros do PSOE concordava com a importância de mantê-lo no posto, e os delegados presentes no Congresso votaram esmagadoramente a favor da composição moderada da liderança. Embora a plataforma do partido reconhecesse o marxismo como um "instrumento teórico, crítico e não-dogmático", também propunha "dar espaço aos diversos colaboradores, marxistas e não-marxistas, que têm ajudado a tornar o socialismo a grande alternativa liberadora de nosso tempo".

A partir do Congresso Extraordinário o *sector crítico*, com algumas exceções, passou a ter menos força e desistiu da luta pelo poder dentro do PSOE (pelo menos a nível nacional). Em novembro de 1981, a formação de um grupo de estudos pela esquerda crítica, sob o nome de *Izquierda Socialista*, foi tolerada com certo ressentimento pela Executiva do partido. Os membros desse grupo boicotaram o 29.º Congresso de Madri, em protesto pelas táticas de exclusão do setor *felipista*. Não obstan-

te, a *Izquierda Socialista* reiterou várias vezes a intenção de permanecer no partido, e sua presença não significou qualquer ameaça à unidade deste, ao contrário do que aconteceu com as facções críticas do PCE e da UCD. A progressiva moderação do PSOE após o Congresso Extraordinário, culminando no 29.º Congresso, foi bastante reforçada pelo rumo dos acontecimentos políticos a partir de então. O primeiro e principal deles foi a tentativa de golpe de Estado em fevereiro de 1981. Como consequência desse golpe militar fracassado, solidificou-se o apoio à liderança do PSOE, que insistia na necessidade de moderação diante da fragilidade do processo de transição. Os membros da Comissão Executiva não perderam tempo em capitalizar esse recente desastre para desarmar os últimos redutos da dissensão interna. Outro processo correlato foi a longa e penosa autodestruição da UCD após as eleições de 1979. Como a UCD sob Calvo Sotelo não foi capaz de satisfazer nem a ala direita nem a esquerda, a estratégia do PSOE de conquistar os votos da esquerda do partido começou a parecer mais viável; a saída de vários socialdemocratas de respeito e, finalmente, dos populistas progressistas de Suárez eram bons presságios para o PSOE.

No entanto, a desintegração da UCD, partido encarregado de policiar a transição para a democracia, apresentava novos perigos. Era essencial que os militares não interpretassem a falência e o concomitante realinhamento do partido como um vácuo de poder. Com este argumento, os moderados do PSOE ganharam mais um reforço à sua intenção de mostrar uma imagem de partido de oposição responsável, capaz de se tornar o substituto da UCD.

## Conclusão

**F**elipe González insistiu para que o 29.º Congresso, marcado para outubro de 1981, não se tornasse a *Bad Godesberg* do partido. No entanto, a unanimidade com que os delegados aprovaram a plataforma moderada da liderança mostrou uma tendência contrária<sup>28</sup>. Depois do turbulento 28.º Congresso, a eleição da liderança do PSOE por 99,6% (contra apenas 0,4% de abstenções) despertou um ceticismo generalizado e mesmo hu-

<sup>27</sup> *Id. ibid.*, p. 8.

<sup>28</sup> As resoluções do 29.º Congresso estão contidas nos seis volumes de *Memorias*. Madri, PSOE, 1981.

<sup>29</sup> *Diário 16*, 22 de outubro de 1981, p. 4. V. outras críticas ao Congresso do PSOE num editorial intitulado "Un Congreso Lamentable", in *Diário 16*, 27 de outubro de 1981, p. 2. O editorial chegou a comparar a unanimidade do congresso com espetáculos semelhantes do regime franquista. Além desses, v. "De la Desunión a la Unanimidad", in *El País*, 23 de outubro de 1981.

<sup>32</sup> Arijia, "Cómo son los Socialistas..."

<sup>30</sup> Extraído de *Hoja de Lunas*, 19 de outubro de 1981 p. 14.

<sup>33</sup> Fernando Barciela, *La otra Historia...*, pp. 97-8.

<sup>34</sup> V. José Felix Tezanos, "Estructura y Dinámica de la Afiliación Socialista en España", in *Revista de Estudios Políticos*, n.º 23, setembro-outubro de 1981, pp. 117-52, e seu "Radiografía de Congresos...", pp. 79-99.

<sup>31</sup> Extraído de *Pueblo*, 20 de outubro de 1981.

mor. Um analista fez esta engraçada observação: "Tudo está funcionando tão bem, que parece um congresso da Alemanha Ocidental"<sup>29</sup>. A incontestável hegemonia dos moderados dentro do partido também podia ser comprovada pelas declarações dos líderes do PSOE durante o outono de 1981. Carmen Garcia Bloise, membro do Comitê Executivo, afirmou que a diferença entre a situação do partido em 1981 e apenas dois anos depois era de que "não podemos prometer nada que não tivermos condições de cumprir. Manteremos nossos objetivos socialistas em mente, mas por enquanto adaptaremos nosso programa à realidade"<sup>30</sup>. Felipe González revelou à imprensa espanhola que "o PSOE tem que levar a cabo a revolução burguesa como um primeiro passo em direção a um programa socialista, já que a burguesia neste país ainda tem que criar um programa"<sup>31</sup>. Embora boa parte da imprensa e membros da *Izquierda Socialista* tenham denunciado as mudanças no comportamento do partido que resultaram na Comissão Executiva mais homogênea até hoje, a imagem de unidade amplamente difundida, a inquestionável vitória pessoal de Felipe González e a ênfase do congresso nos problemas concretos da sociedade espanhola prepararam os socialistas para a vitória eleitoral em outubro de 1982.

Voltando às questões propostas no início: como explicar a drástica guinada dos socialistas, descrita neste artigo? A transição refletiu uma nova orientação da ideologia e da estratégia do PSOE, que se adequou às verdadeiras inclinações ideológicas de seus membros? A metamorfose do segundo maior partido da Espanha teria sido uma mudança tática, visando unicamente, e talvez apenas temporariamente, a conquista do poder? Será que o partido, antes radical, foi compelido a moderar sua plataforma para salvaguardar a transição democrática e evitar uma volta ao autoritarismo?

A transição do PSOE foi motivada por uma mistura de todos esses fatores, já discutidos acima. Em termos de orientação ideológica, não há dúvidas de que as resoluções do 27.º Congresso não refletiram com precisão as prioridades defendidas pela maioria dos membros do PSOE. Além disso, o partido estava mal equipado para adotar uma estratégia de maior confrontação. Comparado com ou-

tros partidos socialistas ou social-democráticos da Europa, o PSOE continua sendo muito pequeno e extremamente elitista. Teme a menor porcentagem de membros votantes de qualquer outro partido socialista ou social-democrático europeu (1,8%)<sup>32</sup>. Sua militância atual, cerca de 100.000 filiados, é consideravelmente inferior à dos partidos esquerdistas até mesmo dos países muito menores da Europa Ocidental. Finalmente, um exame da composição social dos membros e das elites do PSOE revela um grupo de indivíduos de educação elevada, em ascensão e profissionalmente orientados. A nível de elite, estão virtualmente ausentes os de passado operário<sup>33</sup>. Mesmo nos congressos do partido, os trabalhadores braçais são uma pequena minoria, e os profissionais liberais e tecnocratas predominam<sup>34</sup>.

Em segundo lugar, quase não resta dúvida de que após 1977 os líderes do PSOE adotaram progressivamente uma estratégia com o objetivo principal de obter maioria parlamentar. Diferentemente do PCE, cujas estruturas partidárias possibilitam sua sobrevivência por longos períodos fora do poder e cuja posição no espectro político irá provavelmente excluí-lo do governo num futuro próximo, a estratégia do PSOE precisa continuar girando em torno das eleições e do governo. O declínio nos quadros do partido, após duas tentativas fracassadas de ganhar as eleições, foi uma fonte de frustração para as elites. Conseguindo capitalizar as ambigüidades ideológicas do PSOE durante a campanha de 1979, a direita deu impulso ao confronto entre a esquerda socialista e os moderados da Comissão Executiva. A ascensão do PSOE nas eleições de 1982 temporariamente confirmou as vantagens eleitorais da moderação ideológica — mas ainda falta verificar se a experiência dos socialistas no governo porá em xeque a validade da estratégia.

Em terceiro lugar, e talvez acima de tudo, o contexto da transição espanhola contribuiu muito para que a liderança do PSOE ignorasse as resoluções do 27.º Congresso e colaborasse com o governo de Suárez. A natureza "transaccional" da transição espanhola, na época, sem precedentes, apanhou a esquerda de surpresa. Como Suárez desmentiu as previsões quase unânimes de fracasso, e como sua estratégia criava uma possibilidade razoável de eleições realmente de-

mocráticas, o PSOE se viu diante de uma escolha difícil: participar do programa de reforma, contribuindo para o sucesso da democratização, ou boicotar o processo e arriscar ser excluído politicamente da nova democracia, apostando no fracasso de Suárez e num futuro governo provisório. Entretanto, para escolher a última opção, o PSOE teria que ser muito mais forte e capaz de controlar as ruas, condição que claramente não se verificou durante os anos de transição.

A opção de colaborar com a democratização "transaccional" colocou os líderes numa posição delicada dentro do partido. Eles não tiveram apenas que enfrentar a difícil perspectiva de contradizer algumas declarações recentes do partido (e deles mesmos); além disso, seu apoio e eventual participação na democracia "transaccional" os faria dedicar mais energia a negociações de elite com as forças que eles próprios antes acusavam de inaceitáveis na administração da mudança democrática. Diferentemente das transições democráticas paulatinas (nas quais os líderes partidários têm mais tempo de se adaptar às circunstâncias políticas em transformação) ou das transições via revolução, golpe ou colapso (nas quais a liderança de oposição tende a desempenhar um papel direto na inauguração da democracia), a transição "transaccional" exige que a oposição atue *com rapidez e sem garantias*. Isso explica, parcialmente, por que o papel dos líderes partidários, e das elites políticas em geral, adquire um significado maior na transição pela transação.

E embora no caso espanhol, como explica Romero-Maura, o modelo emergente de política de elite tenha desempenhado uma função de "legitimação mútua", é igualmente verdade que as tensões entre os altos escalões e os demais membros do PSOE foram exacerbadas pelo novo estilo político<sup>35</sup>. Após o tumultuoso 28.º Congresso, Felipe González parece ter percebido o problema, ao comentar que "houve uma completa rejeição de tudo que a liderança partidária propôs, talvez como protesto contra o que se considerava um excesso no papel político representado por um grupo de pessoas muito pequeno"<sup>36</sup>.

A resposta inicial do PSOE ao sucesso da transição pela transação foi adotar uma postura ambígua face ao programa de reforma de Suárez (como pro-

va o apoio à abstenção do *referendum* à Lei de Reforma Política, em dezembro de 1976). Mas no começo de 1977, e daí para frente, o PSOE passou a trabalhar estreitamente com Suárez e o governo. Como estabeleceu-se uma confiança mútua entre o governo e a oposição, o compromisso do PSOE com a "democracia transaccional" tornou-se mais sério.

**A**s considerações acima lançam alguma luz à questão final sobre os ganhos e perdas advindos da moderação do PSOE. As críticas da *Izquierda Socialista* são inquestionavelmente válidas quando apontam todo um conjunto de perdas ligadas à metamorfose do PSOE. Contudo, freqüentemente desconsideram o fato de que a Espanha viveu uma transição "transaccional", iniciada e implementada pelos membros do regime franquista. Por um lado, superestimam a força e o potencial organizativo da esquerda socialista espanhola, subestimando, por outro, os perigos de uma volta ao autoritarismo. Assim, embora possam ser levantadas questões legítimas com respeito às vantagens e desvantagens a longo prazo dessa forma de regime de transição (e especialmente quanto à sua conveniência para outros países), parece muito menos válido questionar a afirmação de que a moderação do PSOE facilitou o sucesso da democratização "transaccional".

A social-democratização do partido contribuiu para a consolidação de uma democracia parlamentar progressiva. O partido sacrificou algo de sua unidade ideológica e limitou o objetivo e o potencial de uma futura transformação socialista (ao aceitar os limites da Constituição espanhola e o incentivo a uma organização política de elite, que seria incapaz de conduzir a uma mudança mais revolucionária). Alguns dentro do partido continuarão a questionar a validade desses sacrifícios. No entanto, agora que os socialistas espanhóis já se aproximam do fim de seu primeiro mandato de governo, fica evidente que, dada sua história e composição, o PSOE sacrificou muito menos do que ganhou.

**Novos Estudos CEBRAP, São Paulo  
n.º 14, pp. 38-51, fev. 86**

Donald Share é do Departamento de Ciência Política da University Pujat Saund, EUA.

<sup>35</sup> V. Joaquín Romero-Maura, "The Spanish Political System on the Eve of Spain's Probable Entry into the EEC" (manuscrito inédito).

<sup>36</sup> Os comentários de González estão em *El País*, 14 de junho de 1979, e são citados por Elias Díaz, em "El Lado Oscuro...", pp. 36-7.